

A burguesia colombiana do café e a crise de 1930

Daniel Pécaut

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PÉCAUT, D. A burguesia colombiana do café e a crise de 1930. In SORJ, B., CARDOSO, FH., and FONT, M., orgs. *Economia e movimentos sociais na América Latina* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. pp. 217-237. ISBN 978-85-99662-59-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A BURGUESIA COLOMBIANA DO CAFÉ E A CRISE DE 1930¹

Daniel Pécaut

No curso dos anos 1920-1930, a cultura do café passou na Colômbia por uma fase de expansão excepcional. A superfície que lhe era consagrada praticamente duplicou. A colonização antioquenha continuou a se estender por toda a parte ocidental da Colômbia, que se tomou de longe a zona de produção mais importante. Em 1932, estima-se que a produção dos dois departamentos de Antioquia e de Caldas representa, por si só, 47% da produção nacional. Em troca, a zona oriental — onde o café se desenvolvera no final do século XIX — perde terreno: Santander (Norte e Sul) contribui com apenas 12% da produção nacional; Cundinamarca e Boyaca, com 12,4%.

Esse deslocamento para o oeste foi acompanhado por uma diminuição do tamanho médio das propriedades: sem ser “democrática” ou “igualitária” — não deixou de gerar grandes *haciendas*, consagradas principalmente à criação de gado —, a colonização antioquenha, contudo, permite a constituição de um amplo setor de pequenas e médias propriedades. O censo de 1932 que deve ser utilizado com prudência, já que se refere ao tamanho global da propriedade, incluída a superfície não consagrada ao café indica que as fazendas de mais de 35 hectares forneciam 37,9% da produção em Cundinamarca e 27% em Tolima, enquanto proporcionavam apenas 17,3% da produção em Antioquia e 10,7% em Caldas. No conjunto, portanto, a concentração é menor do que a existente nos outros países produtores. As propriedades com menos de 3 hectares (que utilizam apenas o trabalho familiar) formam 86% das plantações e contribuem com 49% da produção. As de 3 a 12 hectares formam 11,3% das plantações e contribuem com 29,7% da produção. Qualquer que seja a imprecisão desses dados² é indubitável que a pequena e a média propriedade ocupam um lugar bastante considerável. De resto, todos os cálculos mostram que ela tende (salvo no caso do minifúndio com menos de 1 hectare) a ter uma produtividade igualou superior à grande propriedade.

¹ Este artigo foi traduzido por Carlos Nelson Coutinho.

² Dados extraídos de S. Kalmanovitz, *Desarrollo de la agricultura en Colombia*, Bogotá, Editorial La Carreta, 1978.

Em 1925, o café representa perto de 80% do valor das exportações. Isso indica a gravidade da dupla crise que ocorre em 1929-1930: a depressão mundial, por um lado, e a superprodução brasileira de café, por outro com a baixa das cotações que isso implica. Apesar das circunstâncias, os produtores colombianos conseguiram certamente aumentar as quantidades exportadas nos anos seguintes e, desse modo, compensar a queda das cotações.³ Em 1936, com 47% de aumento em volume, as exportações de café alcançaram novamente o seu valor de 1928.

Essa continuidade da política de expansão, contudo, constitui uma aposta. A opinião pública indaga insistentemente sobre a justeza do prosseguimento de um “desenvolvimento para fora”. Não é esse o único perigo com que se defronta a burguesia colombiana do café. Os conflitos agrários, longe de diminuir, ganham incessantemente uma maior amplitude e ameaçam a produção de certas regiões. A comercialização, em grande parte, escapa agora do seu controle, para passar às mãos de firmas estrangeiras.

Ora, a burguesia do café parece singularmente desarmada para enfrentar tais perigos. Mantém-se desorganizada. E em ordem dispersa que ela se prepara para enfrentar os perigos. Desse modo, todas as condições parecem reunidas para que ela se veja obrigada a delegar ao Estado a gestão dos negócios referentes ao café e, além disso, a renunciar ao seu apego a uma ideologia de desenvolvimento liberal. E tanto mais que a chegada ao poder do Partido Liberal, em 1930, depois de mais de quarenta anos de reinado conservador, ainda que não represente uma ameaça direta aos seus interesses — o peso dos cafeicultores não é menor no seio desse Partido do que no do Partido Conservador —, significa a formação simbólica de uma nova política, que leva mais em conta a presença das massas urbanas.

³ Tomando-se por base 100 em 1920-29, o valor do café caiu para 67 em 1931; 49, em 1932; 46, em 1933. Depois de uma breve ascensão para 60, em 1934, estagnou entre 45 e 51 de 1935 a 1939, antes de cair bruscamente para 37 em 1940.

Os conflitos agrários⁴

Já ameaçadora no curso dos anos precedentes, a situação social toma-se explosiva em Cundinamarca e no leste de Tolima, que estiveram na origem do rápido desenvolvimento do café no final do século XIX, através da constituição de vastas — por vezes imensas — haciendas. Ela é tensa em certos setores de Caldas e em outros departamentos. Condições de trabalho, salários, posse da terra: inúmeros desafios que continuam, em ampla medida, a se converter uns nos outros. Os arrendatários exigem, mais do que antes, não ser submetidos ao arbítrio dos proprietários; e querem ter o direito de plantar cafezais em suas parcelas ou de praticar outras culturas permanentes. Deparam-se, nesse ponto, com uma dupla recusa dos proprietários, que temem não mais dispor da mão de obra necessária no momento da colheita e, mais ainda, de não poderem retomar a posse da terra ou evitar os litígios sobre o pagamento das melhorias. Os meeiros querem reduzir as obrigações a que estão submetidos: restrição da liberdade de movimentos, multas, numerosas jornadas de trabalho na parcela do proprietário.⁵ Os diaristas reivindicam reajustamentos de salários e denunciam as trapaças de que são vítimas na época das colheitas.⁶ Os colonos se recusam a renunciar às terras que valorizaram. Uns e outros se insurgem contra a apropriação ilegal de vastas áreas pelos *haciendados*. O protesto se torna mais vigoroso à medida

⁴ Numerosos trabalhos foram consagrados às estruturas sociais da economia cafeeira do início do século XX e aos conflitos agrários dos anos 20. Entre os mais importantes, citamos: M. Arango, *Café e indústria 1850-1930*, Bogotá, Carlos Valencia Editores, 1977, e *El café en Colombia 1930-1958*, Bogotá, Carlos Valencia Editores, 1982; A. Bejarano, “Orígenes del problema agrario”, in M. Arrubla (sob a direção de), *La agricultura colombiana en el siglo XX*, Bogotá, Instituto Colombiano de Cultura, 1976, pp. 17-82; D. Fajardo, “Luchas sociales y transformaciones en tres regiones cafetaleras del Tolima, 1936-1970”, Medellín, Universidad de Antioquia, 1978, mimeo.; G. Gaitan, *Colombia: La lucha por la tierra en la década del treinta*, Bogotá, Tercer Mundo, 1976; P. Gilhodes, “Agrarian struggles in Colombia”, in R. Staveohagen (ed.), *Agrarian problems and peasant movements in Latin America*, Nova Iorque, Anchor Books, 1970; F. Leal, J. A. Bejarano, J. Vallejo, etc., *El agro en el desarrollo histórico colombiano*, Bogotá, Punta de Lanza, 1977; M. Palácios, *Coffee in Colombia 1850-1970*, Cambridge, Cambridge University Press, 1980; G. Sánchez, *Las ligas campesinas en Colombia*, Bogotá, Tiempo Presente, 1977.

⁵ Como será revelado pelo caso da *hacienda* El Chocho, que será apresentado ao Parlamento por Gaitan, e no qual o proprietário exercia poder de polícia sobre os trabalhadores.

⁶ Em *Estudios marxistas*, n.º 1, abril-junho de 1969, pp. 97-99, pode ser encontrado um relato, por um camponês de Chaparral, de uma greve em Tolima para protestar contra a trapaça no momento da pesagem das sacas de café.

que são reveladas, no curso de debates parlamentares ou de processos, a carência e a imprecisão de numerosos títulos de propriedade, que foram utilizados para justificar o aumento de múltiplas propriedades. Em Sumapaz, ou em certas zonas de Tolima, os exemplos de grilagem são particularmente numerosos. A partir de então, a questão da redistribuição das terras se coloca em numerosos conflitos.

Greves irrompem com frequência, sobretudo na época das colheitas. Em Viota, os arrendatários não pagam mais os aluguéis. Os colonos se mobilizam. Utilizando capangas ou a política departamental, os proprietários respondem com violência. Multiplicam-se sindicatos e ligas camponesas. Uma lei sobre os sindicatos, aprovada em 1931, favorece a constituição dos mesmos, dando-lhes um caráter oficial. O Partido Liberal busca, desse modo, mantê-los sob seu controle. Mas, em Cundinamarca e em Tolima, onde têm melhor implantação, os sindicatos sofrem a influência de correntes políticas mais radicais, frequentemente por intermédio de antigos operários da construção civil, que a crise obriga a voltar às zonas do café.

Na região de Viota, assim como na de Chaparral ou de Líbano, a presença de orientações socialistas-revolucionárias, contudo, não é um fato novo. O Partido Comunista, fundado em 1930, recolhe essa herança. Segundo as possibilidades locais, ele recomenda táticas diversas, que chegam até a ocupação das terras e à prática da autodefesa armada.⁷

Em outros municípios, entre os quais o de Fusagasuga, o movimento criado por Gaitan em 1933, o UNIR,⁸ é dominante. Organizando os camponeses em “legiões” e “equipes”, Gaitan promove importantes manifestações camponesas e apoia as reivindicações de terra formulados pelos colonos e pelos arrendatários. No Parlamento, ele toma públicos os abusos e as violências dos grandes proprietários. Na mesma zona, o Movimiento Agrario de Supapaz — dirigido por Erasmo Valencia — esforça-se por lançar as bases de um partido camponês radical.

Entre esses diversos grupos, particularmente entre os comunistas e o UNIR, reina uma implacável rivalidade. Todavia, eles contribuem para

minar os poderes dos “gamonais” e para abalar a grande propriedade do café. Contudo, não dispõem do monopólio da organização dos camponeses. O peso do Partido Liberal é considerável, como se pode constatar pelo número de ligas camponesas que a ele aderem.

Diante dessa politização, a ação direta dos grandes proprietários toma-se insuficiente. A confusão em que se encontram transparece nos desesperados apelos que fazem ao governo a fim de que a ordem seja restabelecida. Criam-se associações de defesa, tal como o “Sindicato Nacional dos Proprietários”, que brande a seguinte palavra de ordem: “Proprietários de todo o país, unam-se”.⁹

Mas os grandes proprietários de Cundinamarca e do estado de Tolima estão longe de poder contar com a solidariedade plena e integral da burguesia do café. Decerto, todos os grandes produtores estão igualmente inquietos com as greves que explodem na época das colheitas. Mas não estão tão unidos quando se trata dos conflitos que abalam alguns grandes latifúndios. Uma fração deles — que se expressa através da voz de alguns dirigentes mais esclarecidos da Federação ou de seus próximos — considera que é preciso saber conciliar. Não se deve esquecer: as fazendas de Cundinamarca não são mais o epicentro da produção do café. Não somente sua contribuição à produção global diminui à medida que progride a colonização antioqueña, mas sua produtividade vai ficando para trás.

Alguns dos responsáveis econômicos de maior prestígio são os primeiros a compreender que as relações sociais predominantes em Cundinamarca não podem mais ser mantidas: eles mesmos questionam “as graves deficiências nos regulamentos da maior parte das fazendas de Cundinamarca”,¹⁰ “os métodos ignominiosos de trabalho”,¹¹ exaltando a função estabilizadora da “pequena propriedade” em Caldas.¹² Reconhecem que o sistema fundiário da grande fazenda, baseado no trabalho de meeiros sem nenhum direito, só consegue ser mantido pela força das armas.

⁷ “Resolução sobre o Trabalho do Partido no Campo”, 1934, citado por G. Sánchez, *Las ligas campesinas en Colombia*, cit., pp. 88-89.

⁸ Unión Nacional de Izquierda Revolucionaria, cuja dissolução em 1935 será proclamada por Gaitan, no momento em que adere ao Partido Liberal.

⁹ Palavra de ordem divulgada sob forma de publicidade paga nos grandes jornais.

¹⁰ C. Lleras Restrepo, nota à Federação, com data de 10 de janeiro de 1934.

¹¹ F. L. Chaux (Ministro da Agricultura depois de 1930). cit. por D. Mesa. *op. cit.* pp. 64 e ss.

¹² É o caso de Mariano Ospina Pérez, que em 1930 irá se tornar dirigente da Federação dos Cafeicultores e membro do Ministério das Indústrias.

A partir de 1931-1932, com efeito, o governo E. Olaya Herrera inicia a elaboração de um projeto de reforma agrária. Em 1933, ele é discutido no Parlamento. Sob certos aspectos, esse texto vai mais longe do que aquele que será efetivamente adotado em 1936. Todavia, é a lei de 1936 — conhecida sob o nome de “Lei 200” — que representa, aos olhos das massas camponesas, um verdadeiro evento.

Ela é adotada no momento em que a “República Liberal”, invocada pelo novo presidente, Alfonso López Pumarejo, descendente de uma dinastia de grandes exportadores de café, faz germinar numerosas esperanças. Desde setembro de 1934, o novo presidente afirma que o Estado não poderia continuar nem a se colocar somente do lado dos proprietários, nem a dar sua caução à “ordem feudal”: impõe-se, portanto, uma transformação das normas jurídicas.

Retirar os colonos de seu precário estatuto, obrigar os grandes proprietários a cultivar suas terras: essas são as principais ambições da nova lei. A terra efetivamente explorada é agora considerada como uma propriedade privada. Esse dispositivo beneficia os colonos que se instalaram em terras devolutas. Quanto aos colonos estabelecidos em terras supostamente públicas, mas reclamadas por um particular, eles só poderão ser expulsos se, nos noventa dias seguintes à promulgação da lei, esse particular apresentar um recurso e provar títulos de propriedade que remontem a 1821. Se ocuparam de “boa fé” e pelo menos há cinco anos terras privadas, têm a plena propriedade das mesmas reconhecida.

A incitação a cultivar a terra assume a forma de um prazo: a terra que não for explorada nos dez anos seguintes, será automaticamente reincorporada ao domínio público.¹³ Logicamente, essa medida implicava que em 1946 — como o indica A. O. Hirschman — “todas as terras privadas estariam ou exploradas ou nacionalizadas, para serem redistribuídas a novos ocupantes”.¹⁴

A Lei 200, assim, é um apelo à modernização das estruturas agrárias. Pretende possibilitar a regulamentação dos conflitos relativos à

propriedade da terra. Pretende favorecer uma evolução das relações sociais nos grandes domínios.

As garantias aos colonos constituem apenas um dos aspectos da política que visa a pôr fim aos conflitos. De modo complementar, o Estado compra certas fazendas onde a situação social é particularmente tensa e as revende, subdividindo-as em benefício dos ocupantes. Os resultados são significativos. Inúmeras grandes propriedades são efetivamente divididas. Segundo certas estimativas, 102 latifúndios teriam sofrido esse destino até dezembro de 1937, 55 dos quais em Cundinamarca. Em Tolima, 22 latifúndios foram divididos. É possível que, em certos casos, a divisão das propriedades tenha sido a culminação não dos conflitos agrários, mas da crise de rentabilidade que se seguiu à crise.¹⁵ Nem por isso deixa de ser verdade que os grandes proprietários de Cundinamarca tiveram de operar um recuo estratégico. Combinada com o prosseguimento da colonização antioquenha, essa divisão foi bastante marcada para que dela resultasse uma tendência à menor concentração da propriedade produtora de café entre 1932 e 1954.¹⁶

Toma-se agora claro que, ao lado da grande fazenda — que, em outras regiões, conserva-se geralmente intocada,¹⁷ a propriedade parcelar deve conservar seu posto, com múltiplas interferências, como, em particular, o fato de que os pequenos camponeses trabalham frequentemente como assalariados agrícolas na *hacienda* a fim de completar seus rendimentos.

A Lei 200 não modifica diretamente a sorte dos arrendatários ou dos meeiros. Para os dirigentes liberais, assim como para os responsáveis pela Federação dos Cafeicultores, não se trata de suprimir tais condições, mas de regulamentá-las, a fim de evitar os piores abusos. Em colaboração com a Federação, C. Lleras Restrepo elabora um contrato-padrão que define o montante máximo dos aluguéis e das prestações de trabalho, e autoriza (com certas restrições) a plantação de cafezais na parcela do

¹³ Segundo J. A. Berejano; G. Sánchez retoma essa tese (cf. *op. cit.*, p. 54).

¹⁶ S. Kalmanovitz, “La agricultura en Colombia, 1950-1972”, *Boletín del DANE*, julho de 1974, n. 276, pp. 78 e ss. e pp. 94 e ss.

¹⁷ Ocorreu também subdivisão de grandes propriedades em regiões como o Sul de Antioquia, os dois departamentos de Santander, Boyacá (sobre esse último caso, cf. o estudo de O. Fals Borda, *El hombre y la tierra en Boyacá*, Bogotá, Documentos Colombianos, 1957, p. 158). Mas essas divisões foram menos importantes.

¹³ Os domínios com menos de 300 hectares não são atingidos por esse dispositivo.

¹⁴ A. O. Hirschmann, *Journeys towards progress*, Nova Iorque, The Twentieth Century Fund, 1963, p. 111.

proprietário.¹⁸ Por meio desse contrato, a Federação vê confiadas a si verdadeiras funções jurisdicionais: com efeito, ela fica encarregada de avaliar as melhorias feitas pelos arrendatários nos casos em que os proprietários retomem a posse da terra.

A lei, contudo, tem consequências imprevistas. Temendo que os arrendatários ou meeiros sejam tentados a se apresentar como colonos ou ocupantes precários, os proprietários recusam-se frequentemente a renovar esse tipo de contrato. É difícil apreciar com precisão a frequência das expulsões. A realidade delas é indiscutível,¹⁹ ainda que sua incidência seja bastante pulverizada e, por isso, não dê nascimento a novas rebeliões.²⁰ Isso não implica necessariamente uma transformação “capitalista” das relações sociais.²¹ Quanto ao prazo de 10 anos concedido para explorar as terras incultas, ele constituirá somente — antes de cair no esquecimento — um encorajamento ao florescimento da pecuária extensiva.

Um objetivo, de qualquer modo, é atingido: os conflitos agrários regridem, particularmente em Cundinamarca. Mesmo onde eles prosseguem, seu impacto é menor.²² Com a dissolução da UNIR em 1935, com o alinhamento do Partido Comunista ao “lopismo” em 1936, tais conflitos ficam momentaneamente privados de expressão política.

Todavia, o “grêmio cafeeiro”, em seu conjunto, não sofreu uma derrota. Houve apenas uma alteração do equilíbrio em seu seio, em proveito dos grandes produtores do oeste e de uma burguesia do café, que pretende zelar pelos interesses a longo prazo dos produtores e irá encontrar na

¹⁸ O artigo 3 reserva para o arrendatário uma superfície de 1/2 *fanegada* (cerca de 1,4 hectare), pela qual ele não paga arrendamento. Para o arrendamento anual não pode exceder 6% do valor da terra. O artigo 4 mantém a obrigação de trabalhar um certo número de dias por mês para a *hacienda* (2 dias por *fanegada* arrendada). Esse trabalho deve ser remunerado segundo a tarifa da região.

¹⁹ Cf. A. García, *La democracia en la teoria y en la practica*. Bogotá, Ediciones Cruz del Sur, 1957. p. 33 e ss.

²⁰ Argumento de A. O. Hirschman para estimar que não se deve exagerar a amplitude das expulsões (*op. cit.*, p. 111).

²¹ A combinação pequena propriedade/grande propriedade impede qualquer esquematismo.

²² O Congresso da Federação, em 1937, denuncia ainda o fato de que, “nos centros de produção de grande importância, as atividades constantes e más de agitadores estranhos à atividade cafeeira comprometem perigosamente o seu futuro” (*Revista Cafetera*). As greves no momento das colheitas, com efeito, não desapareceram em 1936.

Federação o instrumento de que carece para legitimar suas tomadas de posição em face do governo e da opinião pública.

A consolidação da federação nacional dos cafeicultores

A fração mais influente da burguesia do café pode se resignar com tanto maior facilidade a essas concessões na medida em que, embora compreenda os grandes produtores, o que lhe interessa é sobretudo o controle da comercialização. Contudo, mesmo nesse caso, suas posições se deterioram a partir de 1920-1925, já que uma ampla parcela da exportação do café caiu em mãos de firmas estrangeiras.²³

A falência da Casa López — propriedade do pai de Alfonso López Pumarejo —, que conseguira em 1912 controlar 40% da comercialização, simboliza essa evolução e a penetração das firmas estrangeiras.²⁴ Em 1934, a substituição já está efetuada. Os principais estabelecimentos de exportação são agora estrangeiros. Os colombianos conservam, além de alguns estabelecimentos muito poderosos, como A. Aristizabal & Cia., numerosos estabelecimentos de dimensão reduzida. Podem também intervir como compradores em nome das firmas estrangeiras.

A burguesia do café também não está preparada para enfrentar a gestão da economia em período de crise. Em 1930, a Federação não tem nem recursos, nem autoridade, nem atribuições precisas.

Ausência de recursos: numerosos cafeicultores, sobretudo os de Caldas, continuam a recusar o princípio do imposto como meio de financiar a Federação; e o governo tarda em levá-lo à prática. As poucas receitas são destinadas, em cerca de dois terços, ao pagamento do funcionalismo.

Ausência de autoridade: os produtores de diversos departamentos estão divididos. Os de Caldas acusam os grandes produtores de Cundinamarca e de Tolima de controlarem a Federação e se desinteressarem pelos departamentos do oeste. Criticam a gestão financeira, que privilegia os investimentos em publicidade no exterior em vez de

²³ *Revista Cafetera*, n. 5 e 6, março-abril de 1929.

²⁴ Fonte: *Boletín de Estadística*, da Federação, dezembro de 1934.

distribuí-los em benefício dos produtores.²⁵ A Federação, em 1930, está à beira do colapso.

No Congresso de 1930, alguns dos contestadores se pronunciam claramente em favor de sua supressão.²⁶ Os produtores, de resto, estão em conflito com os exportadores. Os estatutos não proíbem que esses últimos tenham assento nos comitês da Federação. Com efeito, eles têm influência em tais comitês; e, com razão, desconfia-se de que eles acomodam-se muito bem com a queda das cotações internas. Daí as petições de numerosos cafeicultores no sentido de excluí-los e de que uma separação mais nítida seja estabelecida entre a Associação Nacional dos Exportadores (que os agrupa) e a Federação. Nem mesmo as divisões políticas poupam essa última. Em 1932, as nomeações no comitê departamental de Caldas assumem a forma de uma eleição política, na qual os conservadores se apropriam da totalidade dos postos, o que suscita muitas reclamações: os liberais não suspeitam de que a Federação é uma “fortaleza conservadora” que se opõe sub-repticiamente ao novo regime?²⁷

Finalmente, a opinião pública — ou de qualquer modo, alguns de seus porta-vozes — testemunham certa impaciência, depois de 1933, quando as desvalorizações se acumulam e a Federação parece ser sua beneficiária, ou mesmo sua inspiradora. “Triste serviço” é o que ela presta ao país, proclama então uma revista que milita em favor do desenvolvimento “equilibrado” da economia colombiana.²⁸

Ausência de atribuições precisas: os estatutos da Federação lhe proíbem de intervir para defender os preços. Ela tem o poder de efetuar compras para preservar um certo estoque de café, para mitigar uma insuficiência de café no mercado interno, para exportar para um mercado novo ou para enfrentar uma diminuição local dos preços que não

corresponda a uma diminuição das cotações externas. Mas a “Federação não se consagrará à especulação com o café e, muito pelo contrário, esforçar-se-á por colaborar com as firmas exportadoras, de torrefação e com os comissários do café”.²⁹

Portanto, havia desconfiança dos produtores diante de uma Federação que lhes parecia abrir o caminho para a estatização.

Fora necessário, em 1927, o empurrão do governo para que ela se constituísse. Fora ainda o governo que ditara inicialmente seu modo de funcionamento,³⁰ e impusera — apesar de suas reticências — seu modo de financiamento. Foi, inclusive, a um representante do Estado que se teve de recorrer no início para o preenchimento de sua direção, já que não houve acordo em torno do nome de um cafeicultor.³¹

Essa Federação, pobre e indecisa, possuía ainda 1 029 membros em julho de 1929 (285 dos quais em Cundinamarca). Ela parece estar destinada a ruir sem estrépito, colocando os cafeicultores à mercê do Estado.

Todavia, as coisas irão ocorrer diversamente. Sob o impulso de Mariano Ospina Pérez, nomeado gerente em 1930, no momento em que o colapso parece inevitável,³² a Federação se empenha no sentido de reforçar sua organização e sua identidade. Com prudência, sem se afastar da recusa em se lançar numa política “artificial” de defesa dos preços.

A reorganização leva em conta os protestos dos cafeicultores de Caldas: ela diminui o peso dos grandes produtores “tradicionais” de Cundinamarca, elimina parcialmente o risco de uma tutela pelos exportadores. Em 1930, é tomada a decisão de que os diversos

²⁵ Cf. *El Tiempo*, 30 de outubro de 1930. Sobre os problemas da Federação nessa época, a tese de B. E. Koffman oferece indicações úteis (*The National Federation of Coffeegrowers of Colombia*, PhD, University of Virginia, 1969).

²⁶ M. Ospina Pérez, “La Federación, su origen y su desarrollo”, *Revista Cafetera de Colombia*, n. 143, março-abril de 1968, pp. 23-31.

²⁷ Mariano Ospina Pérez — que já é uma das personalidades marcantes do Partido Conservador e será eleito presidente da República em 1946 — é obrigado a enviar uma carta a *El Tiempo*, publicada em 7 de abril de 1934, para afirmar a neutralidade política da Federação.

²⁸ *Industrias nacionales*, fevereiro de 1936.

²⁹ Federacafe, *Compilación cafetera 1920-1939*. Bogotá, Editorial Angra, 1958.

³⁰ As iniciativas mais importantes cabem a Alfredo Cortázar Toledo, representante do governo. Ele está na origem do primeiro contrato entre a Federação e o governo (Lei 70 de 1927). O texto era depois especificado por um decreto (Decreto 355), que limitava ainda mais a autonomia da Federação, da qual todos os programas — assim como o orçamento deviam ser submetidos ao Ministério das Indústrias. (Cf. B. E. Kauffman, *op. cit.*, e sobretudo as memórias de A. Cortazar, “Breve historia de la fundación y organización de La Federación Nacional de Cafeteros”, *Revista Cafetera de Colombia*, n. 148, março-abril de 1968, pp. 48-57.)

³¹ Trata-se do mesmo Alfredo Cortázar Toledo, citado na nota anterior.

³² E. Olaya Herrera encorajara Ospina a aceitar esse cargo a fim de restabelecer a unidade da Federação.

departamentos passarão a ter na assembleia da Federação uma representação proporcional às quantidades de café que produzem. Com isso, eram corrigidos os desequilíbrios denunciados pelos produtores do oeste. Em 1935, uma reforma dos estatutos restringe a filiação somente aos “produtores”. Desse modo, os exportadores eram excluídos. Pelo menos, em princípio: com efeito, é evidente que muitos dos grandes produtores participam também de atividades de exportação e haverá constantemente, no seio dos comitês, a presença desses importantes “produtores-exportadores”.

Simultaneamente, os poderes dos dirigentes nacionais são aumentados. Sob o pretexto de evitar que a influência das lutas partidárias se exerça no nível local, um sistema de cooptação circular é posto em funcionamento, o qual será mantido até os anos 80. O próprio comitê nacional designa uma parte dos membros dos comitês municipais.³³ A composição da assembleia geral que tem a função de proceder à escolha dos membros eleitos do Comitê Nacional está assim nas mãos desse comitê.

Os recursos da Federação continuam limitados. Em 1931-1932 (para 18 meses), a receita prevista se eleva para 798.000 pesos. Em 1936-1938 (para 24 meses), atinge apenas 1.120.000 pesos.³⁴ uma cifra muito baixa.

Somente em 1940, com a criação do Fundo Cafeeiro, é que a Federação irá se tornar uma instituição financeira de primeiro plano. Mas a fundação de um Banco de Crédito Agrícola (a Caja de Credito Agrario, mais comumente conhecida como Caja Agraria) em 1931 — na qual Ospina desempenhou um grande papel põe à disposição dos grandes cafeicultores uma fonte de crédito. A Federação, de resto, participa em seu capital e em seu conselho de administração. O número de aderentes aumenta. Em 1936, é estimado em 60000 associados. A Federação toma consciência do papel econômico da pequena propriedade em épocas de crise. Isso não significa, evidentemente, que venha em seu socorro. De fato, a Federação construiu a estrutura oligárquica que a caracterizará, desenvolvendo ao mesmo tempo as redes de enquadramento dos produtores. O comitê nacional tem uma grande liberdade de iniciativa. Colocando em seu programa a instalação de silos e a assistência técnica aos cultivadores, começa a conquistar aquela

³³ No início tratava-se de um só membro. Em seguida será a metade.

³⁴ Federacafe, *Compilación Cafetera*. Cit.

presença capilar nas regiões cafeeiras que irá convertê-la na instituição econômica, política e cultural³⁵ que governa — bem mais do que o Estado — um décimo da população colombiana. Mas ela recusa precisamente o que poderia fazer com que, nessa fase, os pequenos proprietários superassem sua situação miserável: a defesa dos preços. E ela se atém a uma política de expansão ilimitada da produção. Em suma: não renuncia ao dogma do liberalismo econômico. M. Ospina Pérez estivera entre os que, em 1927, protestaram contra um financiamento através de um imposto sobre as exportações, convencido de que a Federação devia ser apenas uma cooperativa alimentada pelas cotizações de seus membros.³⁶ Ele se opôs *a fortiori* a uma intervenção nos preços do mercado interno, que fosse de encontro ao “jogo normal das leis econômicas e naturais”.³⁷ Somente intervenções concretas podiam ser aceitas.

Os exportadores empenham-se para que a Federação não vá mais longe. Não há, em nenhum momento, qualquer tentativa no sentido de retirar aos exportadores privados o seu monopólio de fato. O fato de que sejam estrangeiros não provoca realmente inquietação. A atividade de comercialização nos mercados externos é concebida como uma atividade especializada. Somente durante a guerra de 40 é que essa atividade passará, em ampla medida para as mãos dos colombianos. Quanto à redução da produção, tal questão nem sequer se coloca. Desde 1931, Ospina adverte contra tal política. Em 1933, renova sua tomada de posição e se opõe assim a Alfonso López Pumarejo, que milita em favor de um acordo internacional de limitação das culturas.

Desvalorizar para manter a renda dos produtores: essa é a solução para as dificuldades do momento, adotada muito tardiamente. Suspender qualquer controle do câmbio: essa é ainda a demanda formulada pela Federação em julho de 1934.³⁸

³⁵ Política, por causa da interferência entre redes de caciquismo e redes de intervenção da Federação; cultural, por causa de todo o sistema de educação e de representação simbólicas que a Federação difunde.

³⁶ M. Ospina Pérez, *Carta al Dr. López: la política cafetera de Colombia*. Bogotá, Ed. Minerva, 1933.

³⁷ *Revista de Colombia*, agosto de 1931.

³⁸ Moção adotada na assembleia de Pasto, citada em *Compilación cafetera*, cit.

No momento em que o governo brasileiro suprime o Conselho Nacional de Café e instala em seu lugar o Departamento Nacional do Café, simples órgão ministerial, a vaidade da Federação Nacional dos Cafeicultores colombianos não deixa de parecer um desafio. Os riscos de um choque com o governo não são de modo algum ignorados.

Em 1932, o governo de E. Olaya Herrera foi em socorro dos cafeicultores, fazendo com que se beneficiassem de um prêmio. Uma vez estimuladas as desvalorizações, o governo instaura, ao contrário, uma taxa de câmbio diferencial sobre uma parte dos dólares provenientes do café. Um imposto modesto, mas que provoca o protesto em massa da burguesia do café. Mariano Ospina Pérez abandona seu posto de gerente em sinal de protesto. A Federação denuncia “um imposto (...) perfeitamente não habitual em nosso país”.³⁹ A emoção é tal que, no início de 1935, os cafeicultores convocam uma conferência extraordinária para obter a supressão da medida “discriminatória”.

Trata-se, contudo, de uma pequena escaramuça. De amplitude inteiramente diversa é o conflito com o governo de A. López Pumarejo. A autonomia da Federação está em jogo. Uma solução do tipo da brasileira não está excluída.

A. López Pumarejo é partidário de uma política de defesa dos preços e de limitação das exportações, no quadro de um acordo com o Brasil. A independência da Federação lhe parece, ademais, um desafio ao regime liberal.

Um “Estado no Estado”, eis o que ela se tornou, segundo a expressão do ministro da Agricultura de López.⁴⁰ Ela impõe seus interesses como se fossem os do país, como as desvalorizações testemunham.

Nessas condições, alguns membros do governo, tendo à frente o ministro da Agricultura, pensam em seguir o exemplo brasileiro, transformando a Federação num departamento ministerial. Alfonso López Pumarejo não vai tão longe. Mas impõe, em 1935, uma modificação na natureza da Federação, sob a forma de uma revisão dos estatutos. O comitê nacional compreendia até então 7 membros, um dos quais era representante

do governo. Passará agora a compreender 10, 5 representantes eleitos dos cafeicultores e 5 representantes dos poderes públicos, entre os quais 3 ministros e os gerentes da Caixa Agrícola e do Banco Agrícola Hipotecário. Portanto, a paridade é estabelecida entre privado e público na direção do “grêmio”. Em caso de empate, o presidente da República tem a última palavra. Também é ele quem nomeia o gerente, com base numa lista tríplice apresentada pela assembleia dos cafeicultores. Os governadores dos departamentos tornam-se membros de direito dos comitês departamentais.

Os dirigentes dos cafeicultores protestam. Todos os membros do comitê nacional pedem demissão; e, no Congresso de 1935, que deve ratificar a mudança, um terço dos delegados se retira para expressar seu protesto contra a “oficialização” da Federação. Mas os cafeicultores não têm os meios de impedir o governo de levar a cabo seu projeto.

Tornada semioficial, a Federação deixa de lado sua doutrina de não intervenção nos preços. O novo gerente crê que a Federação deve intervir para defender os preços internos e para proteger os pequenos produtores contra as manobras dos intermediários comerciais: “A política do café, se há uma — diz ele —, deve ser apenas um aspecto da política econômica do governo; e é evidente que, para desempenhar esse papel, a Federação deve conjugar sua ação com a do chefe do Estado”.⁴¹

A mudança de rota entra em aplicação. Têm lugar conversações com o Brasil, tendo em vista uma coordenação das vendas. Em outubro de 1936, é assinado um acordo em Bogotá, que prevê reajustamentos dos preços de venda entre os dois países, com o café colombiano sendo vendido a um preço levemente superior, sem que a diferença possa superar um certo nível. Além disso, a Federação realiza compras apreciáveis com o objetivo de defender os preços.

O intervencionismo aparentemente triunfa. Alfonso López felicita-se pela “alta dos preços obtida graças ao acordo com o Brasil”.⁴² Todavia, ela não resiste à primeira prova. No início de 1937, produz-se uma nova queda nas cotações internacionais.

³⁹ Mensagem ao presidente Olaya, 4 de maio de 1934.

⁴⁰ Relatório ao Congresso da Federação, citado em *El Tiempo*, 4 de agosto de 1935.

⁴¹ Declaração a *El Tiempo*, 16 de janeiro de 1937.

⁴² *Revista Cafetera de Colômbia*, n. 100, agosto-novembro de 1937.

A Federação realiza novas compras junto aos produtores. De outubro de 1936 a abril de 1937, acumulam-se 350000 sacas em seus armazéns. Todavia, ela nem sempre dispõe de um fundo especial para financiar essas operações. Portanto, encontra-se virtualmente coagida à falência. Volta-se para instituições de crédito, mas o Banco da República — controlado pela oligarquia financeira faz ouvidos moucos.

A Federação solicita ao Parlamento uma ampliação do imposto sobre às exportações de café, mas os cafeicultores — que são numerosos entre os parlamentares — são hostis à solicitação. Quanto às firmas exportadoras, essas especulam com a diminuição dos preços de compra internos e com as dificuldades de um governo que não as poupava. É o fracasso evidente da defesa dos preços. Os grandes produtores e os exportadores triunfam. Mariano Ospina Pérez reafirma sua tese: “a limitação oficial das colheitas” é absurda. Convém aceitar “a plena independência da produção de café, na previsão das possibilidades presentes ou futuras dos mercados”. O Congresso de junho de 1937, que celebra o retorno ao “razoável” e a volta de Mariano Ospina Pérez e de Esteban Jaramillo aos comitês, conserva certamente a presença de cinco “funcionários” no comitê nacional e dos governadores nos comitês departamentais. Mas, embora não proíba qualquer ação no mercado interno — a Federação “deve continuar a intervir, em função de seus recursos, nos mercados do café”⁴³ —, o contrato assinado em setembro com o governo enumera limitativamente os casos em que a intervenção é legítima e, tal como nos estatutos iniciais da organização, a defesa dos preços é prevista apenas nos municípios onde se produza uma diminuição dos preços de compra “não justificada” por uma diminuição dos preços externos.⁴⁴

O gerente nomeado no Congresso, Manuel Mejia, cafeicultor de Caldas, fixa para a Federação “dois objetivos principais entre as medidas complementares que é preciso adotar: a manutenção da excelente qualidade do café colombiano e, tanto quanto possível, a diminuição dos custos de produção”.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ibidem*. Os dois outros casos permanecem: excesso da demanda externa em relação à oferta; e conquista de novos mercados.

O essencial do que não estava inscrito na definição inicial é obtido: a Federação, organização de direito privado, é agora encarregada de uma missão pública, a gestão da política do café. O primeiro aspecto não será mais posto em discussão: diversos atos jurídicos confirmarão, no passar dos anos, o estatuto privado da Federação; e, vinte anos depois, em 1957, como se fosse necessário dar ainda mais evidência à autonomia do “grêmio” dos cafeicultores, uma revisão dos estatutos atribuirá uma sexta cadeira aos eleitos pelos cafeicultores no comitê nacional, conservando-se cinco lugares para os representantes da administração. O segundo aspecto tornar-se-á evidente quando da criação do Fundo Nacional do Café, em 1940, um estabelecimento cujos recursos provinham de um imposto, mas cuja gestão foi confiada à Federação. Uma desforra, também nesse caso, dos cafeicultores, depois da taxa diferencial estabelecida em 1934. Vitória de uma oligarquia que faz admitir uma petição inusitada: “não há imposto que não deva ser devolvido a quem o pagou”.⁴⁵

Em 1937, a Federação adquire as características que irão doravante ser as suas. Estabilidade: Manuel Mejia, o gerente, será mantido no cargo até sua morte, em 1957; seu sucessor continua em função até hoje, 1982; nos comitês, nacionais e departamentais, a rotatividade é lenta e se estabelecem dinastias familiares;⁴⁶ protegida pelos regulamentos, a cooptação prevalece, em proveito dos grandes produtores, que são frequentemente proprietários de firmas de tratamento do café. Desconfiança em face da burocratização: a Federação tem um número muito reduzido de empregados; em 1943, conta com 23 em sua sede central; em 1967, conta com 267.⁴⁷ Isso não a impede de possuir técnicos competentes. E, também, a desconfiança em face da politização partidária: ao estabelecer em suas instâncias dirigentes a paridade entre os dois Partidos, ela aparece como uma instituição acima dos conflitos, com uma fortaleza inexpugnável nos momentos de tempestade.

⁴⁵ O VII Congresso da Federação, em 1935, expressara seu protesto contra a taxa diferencial e votara uma moção solicitando uma reforma constitucional que proibisse a cobrança de um imposto, direto ou indireto, sobre as exportações de produtos agrícolas, para as despesas correntes do Estado, permitindo-o somente quando destinado à proteção, defesa ou desenvolvimento da atividade ou das atividades exigidas pelo produto.

⁴⁶ Cf. P. Gilhodes, *La question agraire en Colombie*. Paris. Armand Colin, 1974, pp. 183 e ss.

⁴⁷ Incluindo pessoal departamental, ela tinha em 1967 somente 1.905 empregados.

A Federação é um “grupo de pressão”? Já o era antes de 1937, continuará a sê-lo em seguida. Mas é muito mais do que isso. A autonomia que lhe é agora reconhecida faz dela um centro de decisão. A pressão dos cafeicultores se expressa nos comitês locais e nas assembleias da organização. O gerente, algumas vezes, serve de eco a essas pressões; ele tem como principal papel a elaboração da política do café. Certamente em acordo com o governo, mas sem complacência. A informação internacional e nacional de que ele dispõe — e disporá cada vez mais, graças aos representantes da Federação no exterior, por um lado, e aos representantes departamentais, por outro — confere-lhe uma vantagem decisiva sobre seus interlocutores.

Nas origens do modo liberal de desenvolvimento

A intensidade dos conflitos agrários, por um lado, e a fragilidade da Federação dos Cafeicultores, por outro, provam que a burguesia do café não havia ganho previamente o jogo em 1930; e tampouco o havia feito o liberalismo econômico, ao qual ela serve como suporte.

O reconhecimento do papel desempenhado pela pequena propriedade foi, certamente, um elemento decisivo de seu sucesso. A não contabilização do trabalho familiar, a presença de culturas de subsistência, asseguram a viabilidade desse tipo de propriedade, mesmo quando a renda monetária das mesmas tende a zero. Portanto, ela está destinada a servir de amortizador em períodos de crise. A burguesia comercial-exportadora, com suas ramificações locais, encontra ainda menos motivos para condená-la, na medida em que a produtividade das mesmas não é muito diferente da que predomina nas *haciendas*,⁴⁸ e em que ela pode ampliar suas margens de lucro impondo seu monopólio de compra⁴⁹ ou seus critérios de qualidade do grão.⁵⁰ Disso não se segue que a distribuição global da propriedade

⁴⁸ Recordemos que todos os estudos provam que a produtividade é mesmo maior nas pequenas propriedades (salvo os minifúndios) do que nas grandes. M. Palácios demonstra que isso é verdade ainda em 1970: os rendimentos dependem da localização, não do tamanho da propriedade (*Coffee in Colombia*, cit.).

⁴⁹ M. Palácios descreveu muito bem alguns métodos de compra praticados por firmas exportadoras (nos anos 10). É certo que nem todos esses métodos haviam desaparecido em 1930.

⁵⁰ A Federação estabeleceu critérios de classificação dos grãos. Os intermediários compram mais barato o café que não entra na qualidade superior.

melhore. Decerto, a parcela das grandes propriedades no total das superfícies consagradas ao café diminuiu entre 1932 e 1954; em Cundinamarca e Tolima epicentros das lutas agrárias, o número de propriedades agrícolas cafeeiras mais do que duplicou durante esse lapso de tempo; em Cauca e Huila a pequena colonização progride. Mas se constata também que o porte médio dos “cafezais” (parte da propriedade dedicada ao café) aumenta principalmente em Caldas e em Valle,⁵¹ sinal do avanço de proprietários ricos ou de uma classe média rural de modo algum negligenciável.

Três outros fatores contribuíram para que a burguesia do café preservasse sua independência em face do Estado: sua fragmentação inicial, a autonomia deixada aos exportadores privados a gestão brasileira.

O primeiro argumento, com efeito, é uma hipótese que não está plenamente demonstrada: a fraqueza organizacional da burguesia em 1930 talvez seja o que lhe permitiu subtrair-se à tutela do Estado. Tende-se frequentemente a avaliar o poder de uma burguesia pela dimensão de sua unidade e de sua consciência do futuro. Não é certo que as coisas se passem assim no caso de uma burguesia agroexportadora exposta às bruscas flutuações dos mercados externos. A defesa dos interesses imediatos; a dispersão e o regionalismo podem ser — pelo menos durante algum tempo — estratégias igualmente adequadas. Pode-se supor que, se a Federação tivesse desde o início uma melhor coesão, o reequilíbrio de forças entre os produtores de Cundinamarca e os da zona de colonização antioqueña teria sido realizado com maior dificuldade, ao mesmo tempo em que os compromissos entre produtores e exportadores não teriam predominado tão facilmente nem teriam tido a mesma flexibilidade. E igualmente possível que os conflitos agrários tivessem sido ainda mais extensos e politizados. A fragmentação local, a adesão a uma racionalidade limitada, deixavam às diversas componentes da burguesia do café os meios de encontrar uma resposta diferenciada para a crise e de garantir seu predomínio no interior da sociedade civil. Quanto ao governo, esse experimentou — com o fracasso de A. López Pumarejo — os obstáculos que se opõem ao controle de uma organização que se apoia em transações sutis. A Federação, decerto, mudará de caráter a partir de 1940. Mesmo fortalecida, contudo, ela continuará a permitir que as rivalidades entre os diversos estratos de

⁵¹ Palácios, *op. cit.*

produtores, entre esses e os intermediários comerciais ou os exportadores privados, explicitem-se e se manifestem por vezes de modo virulento. Ela agirá no sentido de defender os preços, externos e internos, mas não substituirá os exportadores privados, salvo em momentos muito excepcionais.⁵²

Os exportadores privados continuarão a se encarregar, nos momentos normais, do essencial das exportações destinadas aos Estados Unidos. São pouco numerosos e, no mais das vezes, uma dezena de firmas controla o essencial da exportação. Abaixo delas, há toda uma rede interna de comunicação, que começa na lojinha da aldeia. Tudo isso esboça um duplo campo de negociação permanente: entre os exportadores e os pequenos negociantes; entre os exportadores, a Federação e o Estado, que tem como objeto a fixação do preço de reconversão das divisas e o preço interno. Os exportadores dispõem de um duplo trunfo. Conhecem bem o mercado americano. Sabem que a Federação só excepcionalmente dispõe de recursos que lhe permitam realizar compras maciças em detrimento dos exportadores. O modelo liberal funda-se também nesse complexo sistema de negociação. Federação e exportadores são, ao mesmo tempo, rivais e aliados.

O triunfo das teses liberais não pode ser isolado da política brasileira do café. Em 1930-1937, a Colômbia foi diretamente beneficiária das medidas de valorização do principal país exportador. Não se aproveitou apenas da defesa dos preços. Chegou sobretudo a conquistar, em detrimento do Brasil, uma parcela maior do mercado mundial: em 1930, as exportações colombianas de café representavam menos de um quarto das exportações brasileiras; em 1940, mais de um terço. O intervencionismo do Estado brasileiro é algo que está na base do liberalismo colombiano.

Resta um último elemento que é de natureza política. Acabamos de evocar a predominância da burguesia do café no seio da sociedade civil. O sufrágio tomou-se universal em 1935. A burguesia do café e suas correias de transmissão estão em condições de captar a grande maioria dos votos nos departamentos produtores. Redes de comercialização e redes de ação

⁵² O período da alta excepcional da cotação do café em 1975-1977 permitiu constatar, uma vez mais, a importância dos exportadores privados e da apropriação que eles efetuam. Estimativas sérias estabelecem que mais de 30% dos frutos dessa alta ficou nas mãos de tais exportadores. Em 1977, durante alguns meses, contudo, a Federação monopolizou as exportações.

política se entrecruzam em ampla medida; o comprador e o comerciante da aldeia servem frequentemente para assegurar essa complementaridade, que é também garantida na sede do município ou na capital departamental pela dupla função de múltiplos negociantes. Mas o grande proprietário — residindo na cidade e recorrendo em sua plantação ao trabalho assalariado dos pequenos proprietários — está igualmente bem situado para obter uma lealdade política fundada numa adesão comum à mesma subcultura partidária. Ou ainda: os advogados, símbolos da classe média, os quais sem inquietar a burguesia local — chegam a controlar certas instituições em tomo das quais se organiza o jogo clientelista. Surge assim, pela base, nas relações de produção, de comercialização e de comunicação, um sistema de dominação do qual a burguesia do café é a viga mestra. Esse sistema faz com que ela disponha, em face do Estado, de um poder de negociação considerável. Nas assembleias departamentais, assim como no Parlamento, está abundantemente representada. Inúmeras personalidades políticas têm vínculos com a Federação dos Cafeicultores. Os programas sociais que a Federação vai progressivamente instaurar não farão mais do que acentuar sua capacidade de arregimentação.⁵³ O florescimento do liberalismo econômico, mas também da democracia restritiva, é inseparável dessa presença política.

A burguesia do café, desse modo, avança em diversas frentes. Não precisa de modo algum proclamar sua unidade, como um grupo de pressão qualquer ou como um grupo político. Atua em planos diversificados, em nome de estratégias específicas, sob identidades variáveis em cada oportunidade. Os conflitos atravessam-na, mas — ao mesmo tempo — constituem-na como ator central.

⁵³ As entrevistas que figuram na tese de Soledad Ruiz (*L'idéologie des paysans colombiens*, Paris, Tese de 3º ciclo, EHESS, 1980) revelam a onipresença da Federação, em 1970, na vida cotidiana dos camponeses.